

# Entre histórias locais e narrativas oficiais: proposta para uma abordagem sobre a ocupação amazônica a partir das escolas

RITA DE CÁSSIA MELO SANTOS

Ocupada por extensa população indígena desde tempos imemoriais até hoje<sup>1</sup>, a região Amazônica é espaço ainda da presença de populações quilombolas, ribeirinhas, migrantes nordestinos e uma infinidade de pessoas das mais diversas origens. A colonização iniciada ainda no século XVI tornou-se mais efetiva ao longo dos séculos XIX e XX, marcando de modo indelével os modos de ocupação do espaço e as formas de se relacionar. O processo, hoje com mais de 500 anos, ganha novos contornos com a corrida internacional por recursos hídricos e minerais, levando a região mais uma vez ao epicentro dos debates sobre sustentabilidade e exploração<sup>2</sup>.

No meio disso tudo, você alguma vez já se perguntou de onde veio a sua família? Como se constituiu a ocupação do município onde você mora? Como foi fundada a escola em que você trabalha? De onde vêm as famílias de seus estudantes? Certamente, as respostas a essas questões o levarão aos indícios da atuação dos processos mais amplos de ocupação do território amazônico ao mesmo tempo em que te mostrarão a contingência e os limites dessas narrativas quando confrontadas às histórias e situações locais.

---

<sup>1</sup> Hoje a população indígena em toda região Norte corresponde a 37,4% da população indígena total (817 mil), Censo IBGE 2010. [[indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf)]

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre a interferência internacional nos modos de gerir a região amazônica ver o trabalho MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva; MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.169-189, dez. 2007.

Esse texto constitui, portanto, um convite para você, leitor, indagar sobre a sua realidade mais próxima. Sem, contudo, perder de vista a dimensão mais ampla em que os processos cotidianos estão inscritos. Num jogo de escala, convido você a olhar o seu espaço-tempo mais próximo e a tentar estabelecer conexões com outros espaços-tempos, mais distantes e amplos. Gostaria que ao final da leitura, a curiosidade sobre a sua localidade esteja despertada e que você tome para si a posição de investigador de sua história e de seus estudantes, da origem de suas famílias e de seu município. O objetivo desse texto é convidá-lo a construir respostas a essas perguntas e a formular muitas outras.

Para tanto, primeiramente, recuperaremos em linhas gerais a ocupação da Amazônia. Longe de ser um enquadramento para as suas questões, esse panorama sucinto pretende fornecer a você as linhas gerais que nortearam a ocupação da região a partir das macro narrativas nacionais. Trata-se de um horizonte sobre o qual se faz necessário inscrever os acontecimentos miúdos, cotidianos, importantes para você e para sua comunidade. No tópico seguinte, refletiremos sobre os caminhos possíveis para a construção de histórias locais. E, na última parte, sugerimos alguns exercícios que podem ser realizados com os estudantes e/ou com as comunidades para que essas histórias locais possam vir a ser conhecidas. Ao final teremos uma bibliografia básica de apoio e uma lista de sites úteis. Sejam bem-vindos e aventurem-se conosco nessa grande jornada de conhecimento de suas trajetórias!

Para saber mais sobre a **ocupação da Amazônia** você pode ler o texto "Conquista e Ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil", de Regina Gadelha, disponível em: [<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a05.pdf>].

### AS NARRATIVAS OFICIAIS SOBRE A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O OCULTAMENTO DE SUA DIVERSIDADE

Antes da chegada dos europeus, as terras americanas eram ocupadas por povos indígenas bem distintos entre si. Com modos de organização social, cultural e linguística particulares, diferentes povos compartilhavam o território desde o Orinoco até o Prata. As formas de ocupação e uso do território eram bastante distintas dos modos estabelecidos pelos europeus. Estes, motivados por interesses econômicos e políticos, constituíram um complexo sistema de expropriação territorial dessas populações para justificar o empreendimento e a posse colonial. Contudo, estudos têm demonstrado a existência de relações

duradouras entre os povos indígenas e as regiões ocupadas, a exemplo do mapa etno-histórico de **Curt Nimuendaju** feito entre 1943 e 1944 e posteriormente recuperado pelo IBGE em 1981.

Dentre os instrumentos conformados para conquista da América, o primeiro foi o Tratado de Tordesilhas de 1494. Por meio desse, a região Amazônica deveria ser incorporada aos domínios hispânicos nas Américas. Contudo, em 1580, após o desaparecimento do Rei de Portugal, Dom Sebastião, e a morte de seu sucessor, Dom Henrique, o trono português ficou vago e o herdeiro mais próximo, Felipe II, Rei da Espanha, fez valer o seu direito sucessório ao trono português. Acumulando a regência dos dois reinos, Felipe II deu início ao período conhecido como União Ibérica que perdurou até 1640, ano da restauração portuguesa. Durante esse período, os limites dos domínios português e espanhol nas Américas foram borrados e a fronteira estabelecida até então, a região do atual estado do Maranhão, passou a ser ocupada por integrantes dos dois reinos.

As primeiras referências ao Maranhão começaram no século XVI. Identificado como um espaço de transição entre os domínios espanhol e português, essa região foi representada nos mapas da América do Sul até o século XVI como não pertencente ao território luso. O estado do Grão-Pará, que corresponde ao que hoje seriam os estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, Mato Grosso e Maranhão, somente integrou a jurisdição portuguesa a partir de 1621.

Além da expansão portuguesa sobre os territórios originalmente espanhóis, durante a União Ibérica outros estados europeus aproveitaram para realizar investidas nos territórios americanos. Dentre as principais ocupações, as mais longas foram as da França, Inglaterra e Holanda. A Holanda iniciou sua ocupação pelo Nordeste brasileiro a partir de 1624 (atuais estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará) e seus planos de ocupação se estendiam até o Maranhão. Contudo, sua expulsão em 1654 interrompeu os planos de fixação mais permanente na região.

Em relação aos franceses, a ocupação do Norte do Brasil se deu em dois momentos. O primeiro, 1604, quando iniciaram a ocupação da atual Guiana Francesa, e em 1612 quando alcançaram o Maranhão. Os franceses conseguiram permanecer no Maranhão apenas por três anos. A contra ofensiva espanhola agiu de modo rápido e contou com o auxílio de um importante contingente de soldados indígenas. Essas

#### **Curt Nimuendaju**

nasceu em abril de 1883, na cidade alemã de Jena. Após a conclusão dos seus estudos secundários, começou a trabalhar na fábrica de lentes Zeiss, onde em sua biblioteca pode estudar vasta bibliografia sobre as populações indígenas da América do Sul. Em 1905, aos 22 anos, desembarcou no Brasil onde entrou primeiramente em contato com os indígenas Guarani, no interior de São Paulo. Ele permaneceu no Brasil até a sua morte em 1945, na área indígena Tikuna. Durante os quarenta anos em que esteve aqui formou coleções etnográficas para museus de diversas partes do mundo e subsidiou a elaboração de importantes obras antropológicas. Seu mapa etno-histórico é uma importante referência para a análise da presença indígena no Brasil e está disponível no link: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278\\_mapa.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_mapa.pdf)

incursões estrangeiras mais do que ameaçar a soberania ibérica sobre a região, favoreceu a aproximação de investimentos portugueses na defesa do território. Além da atuação de particulares, foram deslocados aparatos administrativos e militares das províncias da região Nordeste para a ocupação do estado do Maranhão e Grão-Pará. Isso aumentou a presença das forças militares portuguesas tornando efetiva a ocupação da província do Grão-Pará pelos portugueses e, por isso, o período da União Ibérica é apontado como o marco da conquista do litoral.

Paralelo à expulsão dos estrangeiros não ibéricos, a região amazônica foi sendo pouco a pouco desbravada. O Vale do Rio Amazonas, principal rota de entrada, teve seu curso explorado por diferentes expedições das quais a mais relevante foi realizada por Pedro Teixeira em 1637. O desbravador subiu o rio em uma expedição com mais de 2.500 homens, numa viagem de dois anos que terminou em Quito, atual Equador. Pouco tempo depois da expedição de Pedro Teixeira, em 1640, Felipe IV reconheceu o domínio português sobre a província do Grão-Pará favorecendo o estabelecimento de sertanistas, soldados e missionários ao longo de todo o Vale. Essa ocupação inicial deu-se, sobretudo, a partir de suas margens e afluentes mais próximos. A ocupação do interior, por outro lado, esteve relacionada a outros processos que detalharemos a seguir.

O Tratado de Madrid, de 1750, reafirmou o domínio português da região amazônica e fixou os limites entre os territórios, dando uma pausa às contendas entre as duas metrópoles. Por meio do tratado, Portugal entregou à Espanha a colônia do Sacramento até o estuário do Rio da Prata e, em compensação, recebeu as regiões dos atuais estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os limites do atual estado do Amazonas também foram definidos nessa ocasião. O critério utilizado para afirmação da soberania de cada reino foi o *uti possidetis* – que estabelecia que as terras caberiam ao reino que as ocupou. Dado o período da União Ibérica e os desdobramentos existentes na província do Grão-Pará, Portugal acabou sendo favorecido com a maior extensão territorial.

Esses movimentos possibilitaram que Portugal realizasse uma ocupação mais efetiva da região durante o século XIX. Nas décadas iniciais prevaleceu a instalação das primeiras fazendas e o estabelecimento de pontos de controle das fronteiras, como fortes e sedes da administração portuguesa. Com o avançar do século XIX a Amazônia foi ocupada

pela expansão do extrativismo da borracha, concentrada, sobretudo, nos anos entre 1870 e 1900. Oliveira (2012) destaca que a articulação dos bancos estrangeiros com as casas aviadoras implementou uma pressão distinta na região em termos de volume de produção, intensidade de trabalho e extensão das áreas afetadas. A migração em massa de nordestinos para a região foi outro aspecto inaugurado com a cultura da seringa. Destinados ao trabalho compulsório, os fugitivos da seca, adentraram às regiões mais distantes das florestas entrando em conflito com as populações indígenas que até então haviam conseguido manter-se relativamente autônomas em relação aos comerciantes e caboclos ribeirinhos. Dava-se assim a ocupação do interior da Amazônia.

Os povos indígenas eram vistos nesse contexto como um empecilho à ampliação da extração da borracha e foram em parte exterminados através de ações denominadas *correrias* – expedições punitivas contra os indígenas que se opunham à entrada nos seus territórios. Estima-se que mais de 800 mil indígenas tiveram seus territórios atravessados por *estradas* de seringa e invadidas por *colocações* de seringueiros. Parte dos indígenas que escaparam ao extermínio foi utilizada como **mão de obra** complementar para a extração da seringa – como barqueiros, guias, trabalhadores agrícolas etc., em trabalho análogo ao da escravidão.

O declínio da borracha no início do século XX veio ao encontro de outra importante onda de deslocamento para a região inaugurada com a abertura de estradas que ligavam o noroeste amazônico ao Mato Grosso – sobretudo a partir das aberturas realizadas pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas conduzida por Cândido Rondon. Com a segunda guerra mundial e o bloqueio aos fornecedores asiáticos, a Amazônia vivenciou um pequeno renascimento da cultura da seringa na década de 1940 que reviveu a ocupação estrangeira e nordestina de seus territórios.

Os **governos militares** (1964-1985) denotaram a região amazônica de novos sentidos e usos. A ideia de uma área potencialmente de terras livres foi afirmada nesse período. E, por isso, fazia-se necessário ocupá-la em nome da segurança nacional. A Amazônia passou também a ser entendida como uma fronteira de recursos que deveriam ser explorados. Nesse novo contexto político e ideológico, deu-se início à abertura de estradas e aos planos de desenvolvimento da Amazônia como um todo. A primeira região a ser ocupada foi o eixo Belém-Brasília com colônias agropecuárias tornando-se um forte polo de atração da migração

João Pacheco de Oliveira em seu texto “A Economia da Borracha e a Conquista da Amazônia” mostra os modos de apropriação do trabalho indígena para a produção da borracha na Amazônia e sua interiorização. Para saber mais, você pode consultar o texto em: [\[www.jpoantropologia.com/pdfs/CL\\_PT\\_2012\\_06.pdf\]](http://www.jpoantropologia.com/pdfs/CL_PT_2012_06.pdf)

O texto de Roberto de Albuquerque Bomfim, “Fronteira Amazônia e Planejamento na Época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a hileia de civilização?” permitirá você conhecer mais sobre a gestão da Amazônia durante os anos do **governo militar** (1964-1985): [\[www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/11191/7993#\]](http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/11191/7993#)

nordestina. Concomitante a esse período, as grandes secas que atingiram a região Nordeste do Brasil liberaram um enorme contingente de mão de obra que, incentivado pelo governo federal, rapidamente seguiu rumo à nova fronteira agrícola estabelecida na Amazônia.

No segundo momento, contemporâneo ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) ocorreu a concentração de investimentos na Transamazônica e nos municípios de Altamira e Marabá. Foi durante esse período que se realizou o grande empreendimento da rodovia Transamazônica ligando a cidade de Cabedelo, na Paraíba, à Lábrea, no Amazonas, com planos de alcançar o Peru, produzindo uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Com mais de 4 mil quilômetros de extensão, a Transamazônica não apenas atraiu um imenso contingente de trabalhadores, que posteriormente se fixaram nas suas margens, como favoreceu a ocupação transversal do território facilitando o acesso às regiões mais afastadas dos rios. No caminho de abertura da Transamazônica e das demais estradas da região, vários grupos populacionais indígenas foram dizimados e outros tantos incorporados às famílias que iam se estabelecendo, seja por meio dos **casamentos**, seja por meio da adoção de crianças.

Conjuntamente a essas medidas, foram disponibilizados durante o governo militar uma série de incentivos fiscais e financeiros para favorecer a ocupação da região. A atuação do Banco de Crédito da Amazônia e a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) permitiu que um conjunto amplo de empresas industriais e agrícolas viesse a se estabelecer na região. A construção da Transamazônica e do eixo Cuiabá-Santarém foi uma realização da Sudam nesse contexto.

A política econômica da segunda metade do século XX para região amazônica esteve voltada para a ideia de *integrar* para *desenvolver*. A ênfase na ocupação da região se deu de tal modo que no período de 1975 a 1979 foram orçados mais de dois bilhões e quinhentos mil cruzados para a implementação de atividades econômicas na região. Os recursos eram provenientes do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) cuja execução estava atribuída a Secretaria de Planejamento, do Banco da Amazônia, da Sudam e do Ministério do Interior. E tinha, dentre outros objetivos, a meta de designar cinco milhões de cabeça de gado para a região.

Desse modo, a região Amazônica foi ocupada por diferentes camadas de migração que formaram com as populações autóctones um

Os **casamentos** entre pessoas de diferentes etnias não levam necessariamente à supressão de uma das identidades envolvidas. Para conhecer mais sobre as relações familiares estabelecidas entre pessoas indígenas e não indígenas e sua relação com o pertencimento étnico ver: ROSA, Marlise. Catarinas e Iracemas: sobre casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional. Rio de Janeiro: 2016

conjunto muito difuso que resulta hoje na configuração da população que ocupa essa região. Tomando como exemplo apenas o estado do Amazonas, o censo aponta para um crescimento de quase 20% em dez anos. O dobro da média nacional para o mesmo período. Para entender os impactos e efeitos que a migração teve na região, faz-se necessário adentrar o interior amazônico e buscar conhecer as suas histórias negligenciadas, esquecidas, silenciadas, como veremos a seguir.

## HISTÓRIAS LOCAIS, POR QUE E COMO CONSTRUI-LAS?

Como vimos na seção anterior, a Amazônia foi, durante o longo período de sua ocupação, objeto de ação dos diferentes regimes políticos que decidiram e perpetraram ações de povoamento, gestão territorial e de recursos, com pouquíssima consulta às populações locais. Tanto os povos indígenas que habitavam a região desde antes da chegada das frentes de colonização, quanto os diferentes colonos que foram se estabelecendo ao longo do tempo e construíram uma relação de pertencimento com o território, foram ignorados no processo de gestão dos domínios que envolviam sua vida cotidiana.

O impacto desses processos de mais longo alcance em cada localidade se deu de modos diferentes. Essa diferença se relaciona com variáveis que vão desde a tipologia das localidades construídas (se municípios, vilas, aldeamentos, povoados, seringais etc.) até as formas como cada uma dessas unidades se transformou ao longo do tempo e as respostas dadas a cada situação-problema enfrentada. No interior das localidades, diferentes formas de lidar com o espaço, com o tempo, com o grupo social foram sendo construídas em negociação com as condições impostas por esses macroprocessos – em síntese, *histórias locais*.

Essas histórias locais são o ponto de inflexão sobre o qual gostaria de convidá-los a refletir. Elas são uma poderosa ferramenta que as histórias nacionais e universais tornaram desimportantes, inferiores. Ao analisarmos os caminhos de construção dessas macronarrativas percebemos que elas são na verdade igualmente histórias locais, mas, ao serem impostas a domínios globais por meio da dominação colonial adquiriram o status de universais. A história da Revolução de Avis, da Revolução Francesa e das Reformas Bourbonicas tornam-se linhas explicativas da conquista e da independência das Américas numa

A **Rusga** foi um movimento político ocorrido na região do atual estado do Mato Grosso durante o período regencial brasileiro. Os conflitos tomaram maior vulto em 1834 quando entraram em disputa os integrantes da "Sociedade dos Zelosos da Independência", de caráter liberal, e os integrantes da "Sociedade Filantrópica", conservadores. Os conflitos embora concentrados em 1834 estenderam-se até 1836 e causaram preocupação na população local dado o número de portugueses assassinados.

MENDONÇA, Rubens de. 2005. *O Tigre de Cuiabá*. Publicações Avulsas, IHGMT, n.63. Cuiabá: IHGMT.

relevância que invade os currículos escolares brasileiros em detrimento de movimentos como a **Rusga**, pouco ou quase nada mencionados.

A escola, nesse sentido, torna-se o lugar privilegiado de reafirmação das macronarrativas. Ela continua a funcionar, à semelhança dos agentes coloniais, impondo os saberes metropolitanos legítimos e desconsiderando as inúmeras *histórias locais*. Persiste assim a continuidade da subalternização dos saberes, silenciando histórias que jamais serão contadas. Reconstruir, portanto, os processos históricos que levaram à formação das comunidades onde estamos situados significa construir alternativas possíveis a essa narrativa nacional e universal homogeneizante, colonizadora e que pouco revela sobre os processos locais de imensa importância para as vivências comunitárias.

Contudo, como num jogo de escalas, é preciso conectar as múltiplas vivências dos estudantes aos processos mais amplos realizando um exame crítico das histórias universais e nacionais. É preciso reconhecer os seus limites e instrumentos. Em suma, descolonizar a dominação do conhecimento que se sucedeu à expansão e colonização política e econômica europeia. O potencial das histórias locais reside justamente na possibilidade de confrontarmos as grandes narrativas excludentes e possibilitarmos a re-inscrição dos sujeitos nos processos históricos invertendo a hierarquia colonial. Ao optarmos por uma narrativa que abarque as histórias locais estamos deslocando o centro de enunciação consolidado na prática historiográfica – das metrópoles para as localidades.

Construir alternativas à história nacional e universal por meio das histórias locais permite aos estudantes perceberem-se como sujeitos dos processos de transformação que diretamente os afeta. Possibilita a sua compreensão enquanto atores históricos, capazes de atuar no seu espaço-tempo alterando as realidades em que vivem. E, por fim, permite perceber as mudanças e nuances da história, a compreensão de seus movimentos e transformações em oposição ao fluxo contínuo e inalterado, alheio às suas vivências, representado pela história oficial. Pondo em prática, portanto, a dimensão educacional e política da escola.

Mas, como fazer? Como construir as histórias locais em conjunto com o currículo nacional obrigatório? Como pôr em diálogo esses domínios tão diversos?

Como temos observado ao longo do texto, as macronarrativas sobre a região amazônica estão intimamente conectadas com os processos globais. Seja no exemplo de incorporação da província do

Grão-Pará aos domínios portugueses ainda no começo da colonização, seja no investimento maciço de recursos para exploração da seringa durante o período da segunda guerra mundial. As populações que se fixaram na Amazônia nesses contextos, que fundaram os povoados, as vilas, as cidades, foram conduzidas em meio a essas dinâmicas. Investigar as histórias locais, portanto, significa reinscrever esses processos pelo seu avesso, pelo lado que foi invisibilizado. Por isso, o meu primeiro convite é recuperar por meio de atividades algumas dessas localidades. Vamos a elas?

## ATIVIDADES

### ATIVIDADE 1

Começando com uma atividade simples, você pode recuperar a genealogia das famílias da comunidade/escola na qual você está inserido. Primeiro solicite a cada estudante que indique a procedência dos seus pais e dos seus avós. Visto em conjunto, com os demais estudantes da sala, é bem provável que essas famílias tenham vindo de regiões próximas. Talvez, mesmo, eram de famílias conhecidas ou aparentadas nas suas regiões de origem. Você pode, a depender dos resultados obtidos, solicitar que os estudantes elaborem hipóteses sobre essas origens comuns. Por origem comum podemos identificar uma mesma cidade, microregião ou mesmo um estado.

É importante que você auxilie os estudantes na construção das hipóteses, fornecendo-lhes subsídios para sua construção. Você pode, por exemplo, levar jornais de época que anunciavam a seca na região Nordeste ou notícias do recrutamento de trabalhadores para as frentes amazônicas. No portal do jornal Correio Braziliense, há disponível a cartilha que convocava os nordestinos ao alistamento nas frentes de extração

da borracha [[www2.correiobraziliense.com.br/soldadosdaborracha/EdsonPDF.pdf](http://www2.correiobraziliense.com.br/soldadosdaborracha/EdsonPDF.pdf)]. Você pode utilizar como elemento motivador para os estudantes tanto a inversão do “Inferno verde” para “Terra da promessa” quanto a exaltação do dever patriótico do trabalhador nordestino – ambas expressas na cartilha, conforme o trecho a seguir.

Ao Nordestino, ao nosso trabalhador do campo, cabe uma tarefa tão importante como a do manejo das metralhadoras nas frentes sangrentas de batalha: - impõem-se-lhe o dever de lutar pacificamente na retaguarda, dentro do seu próprio país, nas terras abençoadas da Amazônia, extraindo borracha, - produto indispensável para a vitória, como a bala e o fuzil.

FIGURA 1



Entre histórias locais e narrativas oficiais: proposta para uma abordagem sobre a ocupação amazônica a partir das escolas

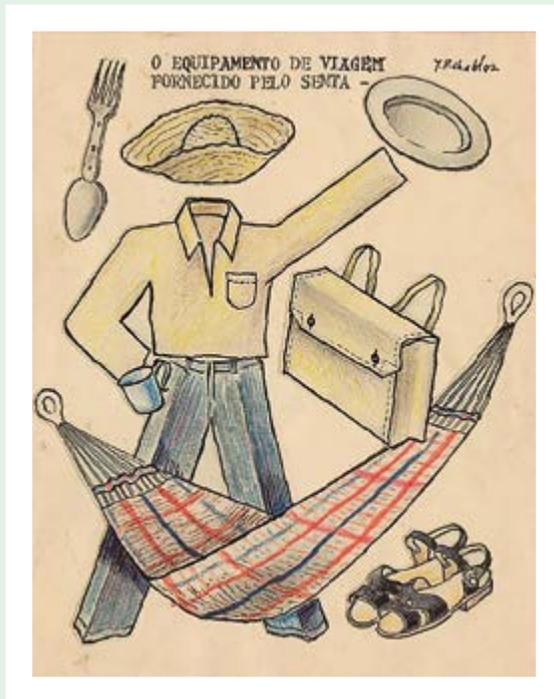


FIGURA 2



FIGURA 3

As imagens que ilustram a cartilha de convocação, também podem ser utilizadas como elementos que colaboram para a construção das hipóteses pelos estudantes. Na figura 2 que retrata os equipamentos fornecidos pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) você pode questioná-los sobre a origem daqueles objetos, se eles ainda utilizam em suas casas etc. A partir da imagem “cada um no seu lugar” (figura 1), você pode indagar quais são os lugares apontados, o que significa igualar os extrativistas da seringa aos soldados de defesa do território, qual a vitória esperada, de que modo as famílias dos estudantes participaram desse processo e se reconhecem nele.

A partir da figura 3, também integrante da cartilha voltada à convocação de trabalhadores nordestinos, você pode discutir com os estudantes sobre as promessas realizadas e o cenário efetivo que os trabalhadores encontravam em sua chegada. Os dados do IBGE sobre

educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana etc. disponíveis na publicação *online* [<http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>] podem te auxiliar num contraponto relevante para elaboração de questões e hipóteses com os seus estudantes.

Além das indicações desses jornais, o site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro disponibiliza acesso a um conjunto muito amplo de outros periódicos que você pode igualmente buscar como referência: [<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>]

## ATIVIDADE 2

As imagens são um importante elemento para construção das histórias locais. Você pode, como uma segunda sugestão, solicitar aos seus estudantes que busquem fotos antigas das suas famílias. Os álbuns do município são sempre fontes significativas nessa construção e podem ser juntados a esse conjunto de elementos familiares permitindo sua contextualização. A depender da região onde esteja localizada sua escola, será possível ainda recorrer a outros acervos. Se o seu município está situado nas proximidades da Transamazônica, o jornal “O Globo” conta com um acervo em que é possível visualizar as imagens da construção da rodovia, como se pode conferir pelo link: [<http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/construcao-da-transamazonica-9406097>].

Após a reunião do material, você poderá propor aos estudantes a realização de uma exposição local, aberta à comunidade. Lembre-se que uma exposição de imagens pressupõe a realização de escolhas. Vocês devem decidir conjuntamente a ordem de apresentação das imagens, realizar a construção dos textos de apoio, a indicação do roteiro de visita a ser realizado. Todos esses elementos fazem parte da narrativa da exposição e auxiliam na construção de um sentido para o visitante.

### ATIVIDADE 3

Ainda dentre os convites que gostaria de realizar para vocês construírem as suas histórias locais, pediria que buscassem reconstruir a memória da fundação do município de vocês por meio das pessoas mais velhas das suas localidades. Os idosos são uma fonte importante de memória, narram acontecimentos muitas vezes negligenciados pelas narrativas oficiais e permitem a construção de outra perspectiva. Você pode consultar o site do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF) para conhecer um pouco mais sobre esse tipo de trabalho. Confira o site a partir do link [<http://www.labhoi.uff.br/>].

E, por fim, como temos falado o tempo todo ao longo desse texto, a Amazônia brasileira, de diferentes modos, foi posta como um território livre, que deveria ser ocupado. Contudo, a história da ocupação da Amazônia deve passar primeiro e necessariamente pelo reconhecimento de que ela esteve durante todo o período da colonização, e mesmo antes dele, habitada por povos indígenas. Voltar o seu olhar para esses grupos e a interlocução que as suas localidades estabelecem com eles, deve ser a primeira atividade a ser realizada. O dossiê oferecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível em [<http://indigenas.ibge.gov.br/>] sobre essas populações permite construir perguntas e respostas significativas sobre a ocupação e deslocamento de populações indígenas no interior da Amazônia. Recuperar as histórias locais é um meio para reinscrevermos a importância que os diversos atores sociais tiveram na construção do Brasil. Esperamos que mais do que respostas, esse texto tenha suscitado perguntas sobre você, seu espaço, suas relações sociais.

## SITES

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Hemeroteca:

[\[bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/\]](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/)

Correio Braziliense, especial Soldados da Borracha:

[\[www2.correiobrasiliense.com.br/soldadosdaborracha/\]](http://www2.correiobrasiliense.com.br/soldadosdaborracha/)

Laboratório de História Oral e Imagem/Universidade Federal Fluminense

[\[www.labhoi.uff.br\]](http://www.labhoi.uff.br)

Censo/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

[\[censo2010.ibge.gov.br\]](http://censo2010.ibge.gov.br)

Dossiê populações indígenas/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

[\[indigenas.ibge.gov.br\]](http://indigenas.ibge.gov.br)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, Roberto de Albuquerque. Fronteira Amazônia e Planejamento na Época da Ditadura Militar no Brasil: Inundar a hileia de civilização? In *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 30, n.1, pp. 13-33, jan/jun, 2010. Disponível em: [\[www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/11191/7993#\]](http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/11191/7993#)

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n.61, p. 317-338, 2011. Disponível em: [\[www.scielo.br/pdf/rbh/v31n61/a16v31n61.pdf\]](http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n61/a16v31n61.pdf)

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e Ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados* 16 (45), pp. 63-80, 2002. Disponível em: [\[www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a05.pdf\]](http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a05.pdf)

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva; MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.169-189, dez, 2007.

MENDONÇA, Rubens de. *O Tigre de Cuiabá*. Publicações Avulsas, IHGMT, n.63. Cuiabá: IHGMT, 2005.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais, Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Entre histórias locais e narrativas oficiais: proposta para uma abordagem sobre a ocupação amazônica a partir das escolas

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, 2007. Disponível em: [[www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n4/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n4/07.pdf)]

OLIVEIRA, João Pacheco de. A Economia da Borracha e a Conquista da Amazônia. In HERKENHOFF, Paulo (Curador). *Amazônia Ciclos de Modernidade*. Centro Cultural Banco de Brasília. Pp. 15-21, 2012. Disponível em: [[www.jpoantropologia.com/pdfs/CL\\_PT\\_2012\\_06.pdf](http://www.jpoantropologia.com/pdfs/CL_PT_2012_06.pdf)]

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ROSA, Marlise. *Catarinas e Iracemas: sobre casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional. Rio de Janeiro: 2016.

SANTANA, J.C.B. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, vol. VI (suplemento) 901-917, 2000. Disponível em: [[www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a07.pdf)]

SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na Conquista do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.